



## EDITORIAL

É com grande satisfação que apresentamos à comunidade acadêmica o primeiro número do décimo volume da Revista Eletrônica E-civitas do Centro Universitário Uni-BH.

O presente número inicia-se com o artigo **Direito à proteção de dados pessoais no Brasil e os traços centrais de uma autoridade local de proteção** por meio do qual Felipe da Veiga Dias e Iuri Bolesina elucidam os esforços jurídicos e políticos brasileiros para a específica proteção de dados pessoais, especialmente por meio da política pública nacional arquitetada no Projeto de Lei Federal número 5.276/2016, sugerindo linhas fundacionais de uma “autoridade local” de proteção de dados pessoais, que servirá como garantidora dos direitos previstos na política pública nacional de proteção.

Em seguida, Antônio Braga da Silva Júnior, trata no artigo **Valorização do trabalho humano: uma diretriz constitucional esquecida em meio à crise econômica e às conseqüentes propostas flexibilizantes** sobre a compatibilidade entre o raciocínio econômico - que entoa as atuais propostas de relativização da legislação trabalhista - e as balizas jurídicas conformadoras da Ordem Econômica constitucional, em especial o valor social do trabalho humano.

**E-Civitas - Revista Científica dos Cursos de Direito e Relações Internacionais do UNIBH - Belo Horizonte, volume IX, número 2, dezembro de 2016 -**  
ISSN: 1984-2716. Disponível em: <http://revistas.unibh.br/index.php/dcjpg/index>  
E-mail de contato: [ecivitas@unibh.br](mailto:ecivitas@unibh.br)



No artigo **Vamos falar sobre a Reforma da Terceirização?**, de Renato Hayashi, Aline Santa Cruz, Carolina Martinelli, Felipe Regis e Myllena Pereira, os autores se propõem a analisar o PL nº 4.302/1998, conhecido como “Reforma da Terceirização” e seus reflexos nas relações trabalhistas, buscando esclarecer o conteúdo da legislação, além de expor seus aspectos positivos e negativos mais salientes, para que a sociedade possa compreendê-la, e entender os seus impactos no mercado financeiro e de trabalho.

Caroline Cristiane Werle e Tatiele Gisch Kuntz no artigo **O protagonismo da jurisdição constitucional e seu papel na concretização dos direitos fundamentais no âmbito do Estado democrático de direito** analisam o desenvolvimento dos direitos fundamentais e a sua valoração no seio da sociedade.

O artigo **Uma releitura a propósito da responsabilidade civil ambiental: de uma responsabilidade civil para além da figura do dano**, de Fernando Inglez de Souza Machado e Paola Mondardo Sartori, enfrenta os aspectos mais controvertidos no âmbito da responsabilidade civil ambiental, dentre eles o princípio do poluidor-pagador, o princípio da precaução, as figuras da prescrição e da solidariedade e a própria noção de responsabilização civil na matéria ambiental.



No artigo **Ética, direito e internet: desafios morais no espaço virtual**, Antonio Donizete Ferreira da Silva e Eudes Vitor Bezerra analisam alguns conceitos que envolvem a ética, bem como a internet e assuntos correlatos para estabelecer, na medida do possível, um mínimo de ‘dever ser’ ético no ambiente virtual, que é a extensão da vida social.

Brenda Maria Ramos Araújo e Paulo Emílio Vauthier Borges de Macedo, no artigo **A fragmentação do Direito Internacional: uma análise de casos brasileiros**, propõem uma reflexão acerca de dois casos envolvendo o Brasil na jurisdição internacional chegaram a soluções distintas por não terem utilizado o Direito Internacional de forma coesa. Diante disso, os autores fomentam a discussão sobre o tema, demonstrando que a temática da fragmentação envolve interesses brasileiros imediatos e concluindo que é preciso que os sistemas de solução de controvérsias e que os Estados compreendam a necessidade da aplicação de outros regimes especiais e do Direito Internacional geral na interpretação de sistemas normativos.

No artigo **Pluralismo jurídico, "lex mercatoria" e redes empresariais**, Arnaldo Rizzardo Filho defende que redes empresariais são organizações autopoieticas que se diferenciam do sistema econômico, em um movimento à parte das fronteiras nacionais, cuja principal caracterização é sua diferenciada operação, que pede uma qualificação jurídica também diferenciada.



Henrique Viegas Cunha e Cícero Krupp da Luz, no artigo **Meios de comunicação simbolicamente generalizados e a utilização do direito para a comunicação do poder**, pretendem, através de revisão da literatura sobre o tema, explicar o que são os MCSG e como agem nas interações sociais de modo a possibilitar a comunicação bem como avaliar como o código do direito é utilizado pelos detentores do poder para a facilitação da aceitação de suas decisões genéricas e vinculantes.

No artigo **A falácia da extinção do instituto da separação sob a ótica dos métodos de interpretação constitucional, com a revelação da verdadeira interpretação histórica da norma**, Rafael Gaburro Dadalto analisa se o instituto da separação foi banido do ordenamento jurídico brasileiro com a entrada em vigor da Emenda Constitucional nº 66/2010, tomando como base a análise dos métodos de interpretação constitucional, em especial, do método interpretativo histórico, por meio de profunda investigação do processo legislativo de elaboração da norma, como forma de infirmar aqueles que se apoiavam de modo inverídico no citado método.

Por fim, no artigo **Direito humano à duração razoável do processo: breve comparativo entre o Caso Foti e Outros vs. Itália, suas implicações na legislação italiana e o direito brasileiro**, Marina Damasceno analisa o entendimento do Tribunal Europeu de Direitos do Homem (TEDH) acerca da duração razoável do processo e eventual indenização a partir do Caso Foti e Outros vs. Itália em razão de sua verificação ex officio sobre a tempestividade processual. A autora verificou que o



TEDH tem consolidado a indenização por prejuízos decorrentes da intempestividade e que isto modificou o ordenamento jurídico italiano de modo a criar-se uma lei para o processamento de indenização desta natureza e acaba concluindo que a duração razoável do processo consiste em direito humano a visar a que os processos judiciais prestem a tutela jurisdicional de modo efetivo e no tempo devido.

Gostaríamos de agradecer a todos autores e avaliadores que viabilizaram a publicação de mais este número e convidamos aos demais pesquisadores da comunidade jurídica a contribuir para a continuidade e o aperfeiçoamento da nossa revista.

*Fernanda Kallás e Caetano*

*Editora Geral da Revista E-Civitas*

**E-Civitas - Revista Científica dos Cursos de Direito e Relações Internacionais do  
UNIBH - Belo Horizonte, volume IX, número 2, dezembro de 2016 -  
ISSN: 1984-2716. Disponível em: <http://revistas.unibh.br/index.php/dcjpg/index>  
E-mail de contato: [ecivitas@unibh.br](mailto:ecivitas@unibh.br)**